

RESOLUÇÃO

Manifestação Nacional dos Trabalhadores da Administração Pública

Para avançar, continuar a lutar

Foi a luta determinada e decisiva dos trabalhadores da Administração Pública que tornou possível reverter algumas das medidas mais gravosas que PS, PSD e CDS implementaram contra os direitos e os serviços públicos nas últimas décadas.

É a nossa luta, a luta dos trabalhadores, o motor do desenvolvimento humano e do progresso social da conquista e afirmação dos direitos sociais e laborais.

A nossa luta, as nossas greves, as nossas manifestações e a nossa solidariedade com os trabalhadores e as populações são a única forma de impedir o retrocesso social, de avançar na reconquista dos direitos roubados e na conquista de novos direitos que correspondem às justas aspirações das classes trabalhadoras.

Contudo, o governo PS, apesar de criadas as condições para uma efetiva mudança de políticas, tem falhado, por opção própria, na tomada de medidas que são cruciais para a melhoria das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores da Administração Pública. E agora, perante a luta determinada, ameaça todo o povo português com alegadas crises políticas.

Ameaça que nunca fez a nenhum banco, apesar dos milhões e milhões que obrigou todos cidadãos a pagar - cidadãos que não foram/são responsáveis pelo aumento do buraco nas contas públicas - ano após ano, provocado pela gestão danosa e criminosa de bancos privados, que o PS e os partidos de direita se apressaram a salvar.

Na verdade, o Governo não aumenta os salários dos trabalhadores da Administração Pública há dez anos consecutivos, bem como não atualiza grande parte das pensões de aposentação, mas continua a entregar milhões à banca, a não questionar os juros e outras condições de uma dívida pública impagável, e a fazer do défice das contas públicas o alfa e o ómega da política orçamental do país;

Continua a não reconhecer o direito constitucional à atualização salarial anual, reivindicação que os sindicatos da Frente Comum não deixarão cair;

Continua a não rever a Tabela Remuneratória Única (TRU) no sentido de garantir a proporcionalidade entre as posições remuneratórias e assegurar rendimentos dignos e uma progressão justa na carreira;

Continua a insistir no pagamento faseado de direitos adquiridos que foram roubados durante uma década aos trabalhadores, prejudicando-os nas suas carreiras e nas suas vidas;

Continua a manter o congelamento de várias prestações remuneratórias, como o trabalho suplementar, ajudas de custo, abono para falhas, entre outros o que, em conjugação com as demais medidas implicou uma perda no poder de compra dos trabalhadores da Administração Pública, desde 2009, em 15,6%, chegando a atingir 20% nalgumas carreiras;

Continua a não regularizar a contagem de tempo de serviço nas carreiras, cargos ou categorias, integrados em corpos especiais;

Continua a não investir nos serviços públicos, abrindo caminho à sua privatização;

Continua a não reconhecer que a precariedade deve ser erradicada insistindo no PREVPAP, instrumento que já provou que não só não resolve uma série de situações gritantes de precariedade como serviu para legalizar situações de falsos recibos verdes e de *outsourcing* na Administração Pública;

Continua apostado em transferir para as autarquias importantes funções Sociais do Estado, como a saúde, a educação, a ação social, pondo em causa o acesso das populações a estes serviços estruturantes, os direitos dos trabalhadores, e desbravando o terreno para a privatização.

PARA AVANÇAR, CONTINUAR A LUTAR

Os trabalhadores da Administração Pública continuarão, também, a sua luta – contra todas as ameaças, as pressões, as tentativas de condicionamento: andar para trás, não!

É uma luta de todos e que interessa a todos, pela valorização e democratização no acesso às funções sociais do Estado, com serviços públicos de qualidade e universais, que respondam aos anseios das populações e aos interesses de progresso do País.

Essas funções requerem trabalhadores dignificados, motivados, valorizados e com direitos.

Não aceitamos que o governo do PS prossiga uma política laboral que acentua a exploração e desvaloriza o trabalho e os trabalhadores e que defrauda as expectativas criadas com a atual correlação de forças na Assembleia da República.

Não aceitamos o argumento de que não há dinheiro para aumentar os salários, sabendo que há milhões de euros para financiar o Fundo de Resolução para apoiar a banca, cerca de 1000 milhões de euros para o Novo Banco, muito mais do dobro do previsto em 2018 para as progressões nas carreiras da Administração Pública.

Não aceitamos que o governo deixe de fora mais de 600 mil trabalhadores que há uma década não têm aumentos.

Não aceitamos um processo de descongelamento das progressões que além de injusto e insuficiente, com graves erros e desigualdades entre serviços, ainda exclui milhares de trabalhadores do setor empresarial do Estado.

Pela unidade entre todos os trabalhadores da Administração Pública, entre os trabalhadores do público e do privado, pela união na nossa Frente Comum. Frente para avançar e não andar para trás. Comum pelos problemas que a todos afetam e pelas soluções e lutas que se constroem em conjunto!

Estamos disponíveis para todas as formas de luta para continuar no prosseguimento da recuperação de direitos e conquista das nossas reivindicações.

Assim, os trabalhadores e os sindicatos Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, reunidos em Manifestação Nacional, a 10 de maio de 2019 em Lisboa, decidem:

- **Exigir o aumento real dos salários e das pensões em 4%, com um mínimo de 60,00 EUR nas remunerações até €1500,00, por forma a iniciar, finalmente, a recuperação das perdas salariais ocorridas nos últimos anos, fruto do congelamento dos salários desde 2009 e das carreiras desde 2005;**
- **Exigir a revisão da TRU, estabelecendo o salário mínimo de €650,00 como primeira posição e subindo as demais posições remuneratórias, proporcionalmente;**

Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública

- Exigir, para efeitos de progressão na carreira, a contagem de todo o tempo de serviço aos trabalhadores da Administração Pública;
- Exigir a reposição e valorização das carreiras e profissões;
- Exigir a regulamentação de todos os suplementos, designadamente o de penosidade, risco e salubridade, bem como o aumento do subsídio de refeição e descongelamento das ajudas de custo, abono para falhas e subsídio de transporte;
- Exigir a reposição do mínimo de 25 dias de férias;
- Exigir o fim da precariedade;
- Combater todas as ameaças contra os trabalhadores da Administração Pública;
- Pela defesa da ADSE que é dos e para os trabalhadores, pela redução das contribuições e aumento das participações e protocolos;
- Reforçar a necessidade de resposta às reivindicações constantes da Proposta Reivindicativa Comum para 2019.

É por isto que os trabalhadores da Administração Pública lutam, pois, só com a luta é possível avançar na construção de um país mais justo, solidário e desenvolvido!

Lisboa, 10 de maio de 2019